



**PREFEITURA MUNICIPAL DE BRASIL NOVO  
SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE**

---

**PLANO DE PREVENÇÃO, CONTROLE E  
ALTERNATIVAS AO DESMATAMENTO DO  
MUNICÍPIO DE BRASIL NOVO – PARÁ**

**Abril de 2013  
Brasil Novo – Pará**

MARINA RAMOS SPEROTTO  
**Prefeita**

GERALDO JUNIOR LORENZONI  
**Vice-Prefeito**

SANDRO DOS SANTOS  
**Secretário Municipal de Administração e Finanças**

Zelma Luzia da Silva Campos  
**Secretária Municipal de Meio Ambiente**

FERNANDO ROCCA  
**Secretário Municipal de Agricultura**

VALMIR SHUELTER  
**Secretário Municipal de Transporte e Manutenção**

MARIA JOSÉ CAETANO  
**Secretária Municipal de Trabalho e Promoção Social**

WALDIRENE ARRAES  
**Secretária Municipal de Saúde**

JUSÉLIA BOCAIUVA  
**Secretária Municipal de Educação**

JUNIOR OLIVEIRA  
**Assessoria de Comunicação**

**APOIO PARA ELABORAÇÃO**  
Prof. M.Sc. Marlon Costa de Menezes  
Universidade Federal do Pará  
Faculdade de Engenharia Florestal

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento estabelece o conjunto de ações do Governo do Município de Brasil Novo, Estado do Pará e Sociedade Civil Organizada, parceira do plano, para fazer frente à perda de florestas do bioma Amazônico sob domínio do município. Na sua implantação o **Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Município de Brasil Novo - Pará** (PPCAD-BN/PA) elenca um conjunto de dezessete ações que cobrem um período de execução de cinco anos (abril de 2013 a abril de 2018).

O Plano se apoia fortemente no entendimento de que somente a consolidação de alternativas econômicas sustentáveis é capaz de perenizar a queda das taxas de desmatamento e alavancar um novo paradigma produtivo, além de trazer para a regularidade os produtores rurais que estão com atividades produtivas consolidadas.

## 2. CARACTERÍSTICAS DO DESMATAMENTO

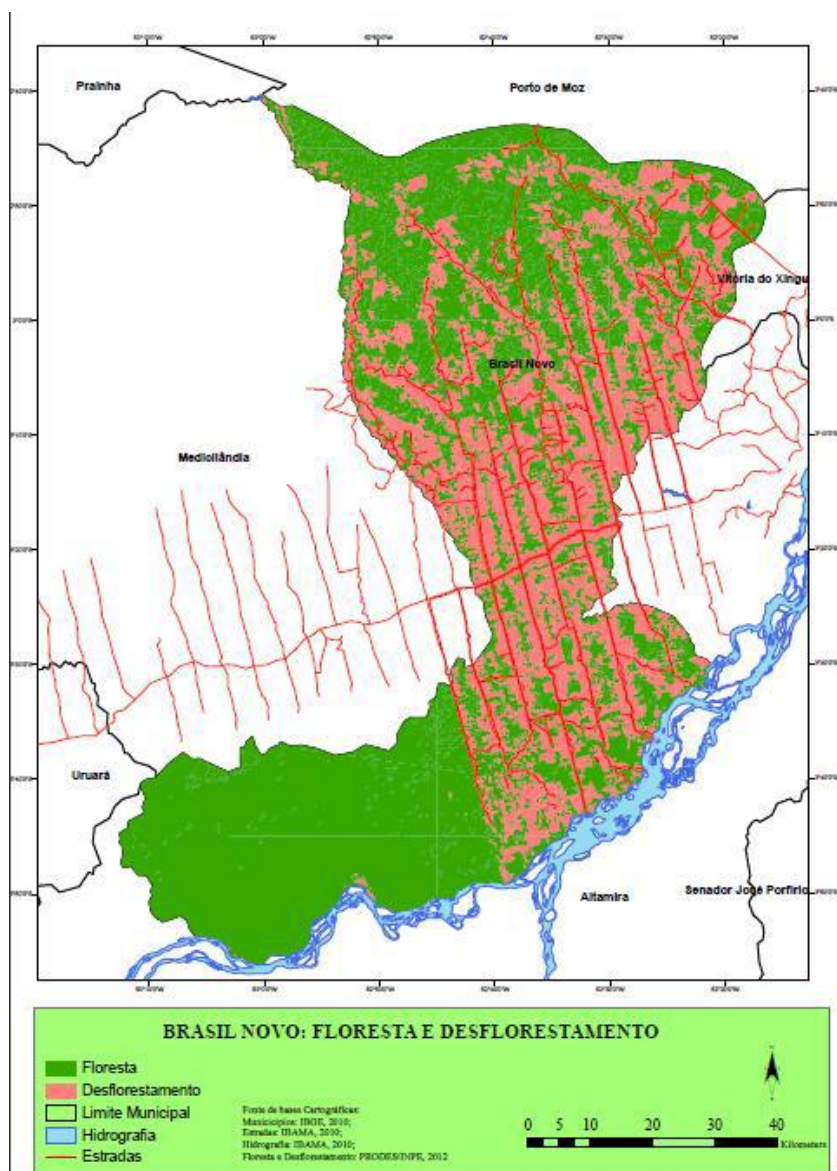
A colonização da Amazônia tem sido marcada pela degradação de seus recursos naturais, sobretudo, com o desmatamento de suas áreas de florestas. Esse estresse ambiental deve-se ao modelo de desenvolvimento imposto pelo governo, embora tenha gerado riquezas, a expansão econômica da Amazônia, que segue o mesmo padrão agroexportador implantado em outras regiões do País, também causou desequilíbrios, resultando em drásticos impactos ligados à questão fundiária, ao desmatamento e queimadas (IDESP, 2011).

São vários os fatores que tem contribuído para o desmatamento, tais como apropriação de terras através dos processos de ‘grilagem’, a pecuária em médias e grandes propriedades, agricultura, principalmente culturas como a soja, produção madeireira, em sua maioria, ilegal.

Apesar de apresentar uma redução considerável da taxa de desmatamento, o estado do Pará lidera o ranking com 45% do desmatamento da região amazônica, com 5 municípios entre os 10 mais desmatados da região (HAYASHI et. al, 2012). O desmatamento acarreta diversos problemas, como a perda de biodiversidade, as emissões de gás carbônico, de metano e de outros gases causadores de efeito estufa, assim como a diminuição de territórios de populações que tradicionalmente habitam a floresta.

Com isso, desde 2007, o município de Brasil Novo - PA, consta na “Lista dos municípios amazônicos prioritários para ações de prevenção, monitoramento e controle do desmatamento ilegal”, a qual recebe esse nome uma vez que nesses municípios serão

priorizadas as medidas de integração e aperfeiçoamento das ações de monitoramento e controle de órgãos federais, o ordenamento fundiário e territorial e o incentivo a atividades econômicas ambientalmente sustentáveis, essa lista também é simplesmente chamada de lista dos municípios desmatadores, que foi instituída pelo MMA, com o objetivo de coibir o avanço do desmatamento ilegal na Amazônia. Até 2012, o município perdeu 258.876,69 hectares, correspondendo a 40,66% da área territorial do município (figura 1).



**Figura 1-** Cobertura vegetal do município de Brasil Novo-PA.

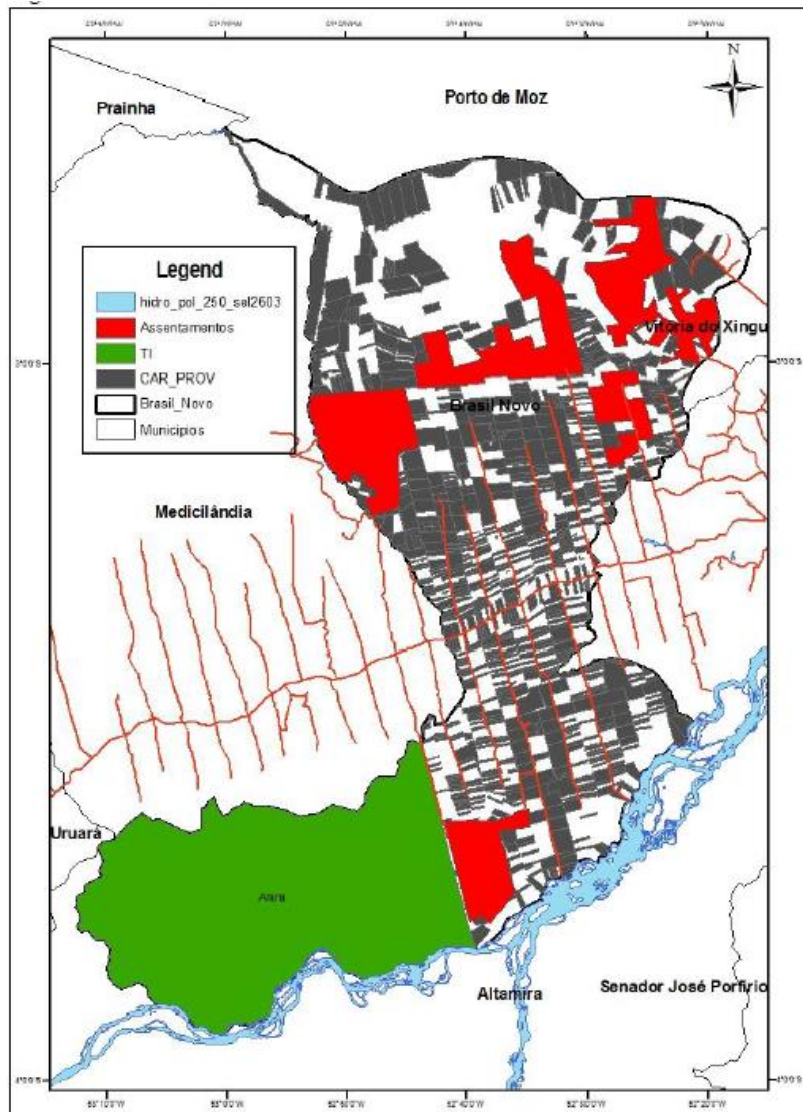
**Fonte:** PRODES/INPE, 2012.

Nesse contexto que ganhou fôlego um novo conceito de desenvolvimento local, os municípios verdes, nos quais progresso econômico e inclusão social aliam-se à preservação do meio ambiente, privilegiando atividades produtivas sustentáveis. Essas

características estão na essência de um município verde, que se caracteriza por desenvolver atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e alta responsabilidade socioambiental. O município verde estimula: (i) a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; (ii) o manejo florestal; (iii) a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; (iv) o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; e (v) a recuperação de Áreas de Preservação Permanente e Áreas de Reserva Legal (Guimarães *et al.* 2011).

Portanto, para deixar a lista e ser considerado um Município Verde o município de Brasil Novo deve atender a três critérios: reduzir o desmatamento para menos de 40 km<sup>2</sup> ao ano, realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território, excluídas terras indígenas e áreas protegidas e ter desmatamento menor ou igual a 60% da média de desmatamento dos últimos dois anos.

O município de Brasil Novo possui uma extensão territorial de 636.687,85 ha, onde 155.645,80 ha compõe 1 (uma) terra indígena, restando dessa forma 481.042,05 ha cadastrável no Cadastro Ambiental Rural (CAR). Até o momento foi cadastrada uma área de 226.382,30 ha (47,06% da extensão territorial cadastrável), restando ainda 254.659,75 ha (52,94%), como observa-se na figura 2.



**Figura 2-** Área Cadastrada e não cadastrada no CAR (Cadastro Ambiental Rural) no município de Brasil Novo-PA.

**Fonte:** PRODES/INPE, 2012.

### 3. OBJETIVOS E ESTRATÉGIA DO PLANO

As características do desmatamento, apresentadas acima, mostram que o desafio do combate ao desmatamento deve se ater a ações que criem condições para a mudança efetiva do paradigma de desenvolvimento. Para que a mudança ocorra é necessário que todos os atores firmem um pacto em torno do quádruplo compromisso de:

1) reduzir a taxa de desmatamento do município progressivamente, colaborando também com os esforços do Estado para a redução nacional do desmatamento na Amazônia, em consonância com o PPCDAM (Plano de Prevenção e Controle ao Desmatamento na

Amazônia), PAS (Plano Amazônia Sustentável) e PNMC (Plano Nacional de Mudanças Climáticas).

2) consolidar a manutenção dos remanescentes florestais do município, garantindo a proteção estrita onde é necessária e conciliando o uso racional e de menor impacto dos recursos onde é viável e desejável;

3) nas áreas de consolidação de atividades produtivas clássicas (agricultura, pecuária e madeira), melhorar os sistemas produtivos por intermédio do aporte de conhecimento, tecnologia, inovação, assistência técnica, financeira e fiscal, a fim de lhes tornar mais sustentáveis, econômica, social e ambiental;

4) Propor alternativas de desenvolvimento econômico e de inclusão social onde o uso dos recursos naturais substituam atividades historicamente inadequadas ao crescimento econômico duradouro, à inclusão social e à manutenção do equilíbrio do patrimônio natural.

#### **4. ABRANGÊNCIA DAS AÇÕES**

Nos seus três primeiros anos o gestor do Plano deverá distribuir geograficamente suas ações levando em consideração dois critérios:

- conter o desmatamento nas áreas do município com índices críticos: a localidade prioritária para aplicação das ações ao longo dos três primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;

- prevenção do desmatamento nas áreas do município cuja análises apontem risco de vazamento: como acima, esta definição para aplicação das ações ao longo dos três primeiros anos deverá ser definida no planejamento detalhado deste Plano e em comum acordo entre os gestores do Plano e seus parceiros;

#### **5. ESTRATÉGIAS**

É estratégico promover a integração de muitas ações já desenhadas e planejadas nos diferentes órgãos de governo e nas parcerias destes com a sociedade civil organizada. Este é o principal objetivo deste Plano de Prevenção, Controle e Alternativas ao Desmatamento do Município de Brasil Novo - Pará.

Desta forma, como diretriz geral o PPCAD-BN/PA busca organizar as ações dos principais programas e/ou estratégias de governo onde eles tocam na questão do desmatamento, seja de forma direta ou indireta. Entres estes programas está o projeto

## **Implantação de Unidades Demonstrativas de Recomposição de Reserva Legal e Área de Preservação Permanente no Município de Brasil Novo-PA.**

As ações estão organizadas em **três eixos** principais, a saber:

- 1. Ordenamento territorial, fundiário e ambiental:** define e elenca as ações prioritárias para a regularização fundiária e ambiental no município;
- 2. Fomento às Atividades Sustentáveis:** define e elenca o conjunto de ações que devem incentivar a adoção de novos modelos econômicos, contribuindo assim para a mudança de paradigma do desenvolvimento e, portanto, prevenindo o desmatamento;
- 3. Monitoramento e controle:** define e elenca as ações fundamentais para melhoria da eficiência do controle do desmatamento no município.

### **6. METAS/ATIVIDADES POR EIXO ESTRATÉGICO**

#### **6.1. Ordenamento territorial, fundiário e ambiental**

**Atividade 1** – Formalizar Termos de Cooperação Técnica com órgãos e sociedade civil organizada.

**Atividade 2** – Implementar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) das terras privadas e assentamentos da reforma agrária no município.

**Atividade 3** - Executar a varredura e a regularização fundiária do município.

**Atividade 4** - Disponibilização das informações para os agentes locais.

#### **6.2. Fomento às atividades sustentáveis**

**Atividade 1** – Identificação das Propriedades e Áreas do município mais afetadas pela degradação ambiental.

**Atividade 2** – Realizar intercâmbio de produtores rurais a experiências sustentáveis consolidadas.

**Atividade 3** – Criar e implementar ações de comunicação aos produtores dos modelos técnicos e econômicos para a recuperação das áreas de reserva legal com plantio de espécies nativas e/ou exóticas.

**Atividade 4** – Recuperar e/ou reflorestar de forma massiva as áreas degradadas do município, possibilitando o desenvolvimento econômico da região.

**Atividade 5** – Fomentar a construção de indicadores técnicos para subsidiar a elaboração de projetos de fomento a atividades produtivas sustentáveis.

**Atividade 6** – Elaborar e divulgar procedimentos técnicos para elaboração e avaliação de planos de manejo e projetos para fins de licenciamento ambiental.



**Atividade 7** – Disseminar experiências já consolidadas de propriedades sustentavelmente ativas.

**Atividade 8** – Fortalecer os arranjos produtivos já consolidados na região, com inserção de novas tecnologias para o melhor aproveitamento de área.

### **6.3. Monitoramento e Controle**

**Atividade 1** – Capacitação de agentes locais para o monitoramento através de parceiras com instituições especialistas em tecnologia de geoprocessamento.

**Atividade 2** - Aprimorar e disponibilizar aos usuários, em linguagem acessível, normas e procedimentos de licenciamento adequados às diferentes categorias de manejo florestal (industrial, comunitário, familiar, madeireiro e não-madeireiro).

**Atividade 3** – Criar mecanismos de transparência para as informações resultantes das atividades de fiscalização e atos posteriores.

**Atividade 4** – Estabelecer um sistema de integração e gestão de informações entre os órgãos responsáveis pelas atividades de controle.

**Atividade 5** – Realizar um plano de comunicação no âmbito da educação ambiental, visando à conscientização dos produtores às atividades desenvolvidas pelo PPCAD-BN/PA.

## **7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

GUMIMARÃES, J.; VERISSIMO, A.; AMARAL, P.; DEMACHKI, A. **Municípios verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém: IMAZON, 2011, 154p.

Instituto de Desenvolvimento Econômico Social e Ambiental do Pará. Perfil da gestão ambiental dos municípios paraenses: programa municípios verdes, Belém-PA: IDESP, 2011. 45 p. (**Relatório Técnico**).

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Municípios Verdes: caminhos para a sustentabilidade**. Belém, PA: Imazon, 2011.

Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia. **Transparência florestal: Amazônia Legal**. Imazon, janeiro de 2012.